



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

Despacho n.º 10927/2008

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007 de 3 de Maio, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 6.º, todos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Susana Maria de Almeida Alves Antunes, como adjunta do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2008.

1 de Abril de 2008. — A Alta Comissária, *Rosário Farmhouse*.

Despacho n.º 10928/2008

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007 de 3 de Maio, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 5.º e do artigo 6.º, todos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Anabela Antunes André Morais, como secretária pessoal do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 17 de Março de 2008.

1 de Abril de 2008. — A Alta Comissária, *Rosário Farmhouse*.

Despacho n.º 10929/2008

O Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, instituído pelo Decreto-lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, é dirigido por um alto-comissário, equiparado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma, a subsecretário de Estado para efeitos de estatuto, remuneração e constituição de gabinete.

Por outro lado, o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, manda aplicar ao gabinete do Alto-Comissário o disposto no Decreto-lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e demais legislação aplicável aos gabinetes dos membros do Governo.

Com a exoneração do anterior Alto-Comissário, cessaram funções os membros e colaboradores do anterior Gabinete, tendo, posteriormente, ocorrido ajustes na sua composição, pelo que, no sentido de assegurar o funcionamento da nova estrutura, no âmbito da concepção, execução e avaliação das políticas públicas relacionadas com a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como da promoção do diálogo entre as diversas culturas étnicas e religiões, importa agora, determinar a composição do novo gabinete.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º e o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio:

1 — Nomeio o licenciado em Direito, Gonçalo Maria Vassalo Moita, para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito de trabalhos referentes a temáticas de discriminação racial e imigração, em articulação com a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

2 — O nomeado é equiparado, apenas para efeitos remuneratórios, a adjunto de gabinete.

3 — A presente nomeação tem a duração correspondente ao período do meu mandato, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 — A presente nomeação tem efeitos a 17 de Março de 2008.

1 de Abril de 2008. — A Alta Comissária, *Rosário Farmhouse*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 10930/2008

A Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, introduziu alterações na estrutura orgânica do Centro de Estudos Judiciários. Ora, nos termos do artigo 25.º, n.º 1 c) da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública), a comissão de serviço

dos titulares de cargos dirigentes cessa em caso de reorganização da unidade orgânica.

Assim, nos termos do artigo 94.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, como Directora do Centro de Estudos Judiciários, a Prof. Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício dessas funções, como se evidencia na síntese curricular publicada em anexo.

Foi ouvido o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (que se mantém em funções nos termos do artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro), que se pronunciou favoravelmente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, filha de Octávio Cândido Rodrigues e de Maria Antónia de Almeida Barreto Pinto de Miranda Rodrigues, nasceu em Coimbra, em 5 de Dezembro de 1953. Concluiu a licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1976, com a classificação final de 17 valores. Em 5 de Julho de 1977, foi contratada como assistente eventual e, em Julho de 1979, como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em 11 de Dezembro de 1981, realizou, na mesma Faculdade, provas de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais, tendo obtido a classificação de Muito Bom, com 18 valores. Em 26 de Junho de 1995, realizou, na mesma Faculdade, provas de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais, tendo sido aprovada com distinção e louvor, por unanimidade. Foi contratada como professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Apresentou-se a concurso para professora associada em 11 de Janeiro de 1999, tendo sido aprovada por unanimidade em reunião do júri em Outubro de 1999 e tomado posse como professora associada, de nomeação provisória, em 4 de Janeiro de 2000. Em 10 e 11 de Março de 2005 realizou, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, provas de agregação em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, tendo sido aprovada por unanimidade. Foi nomeada professora catedrática, 4.º grupo (Ciências Jurídicas), do quadro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por despacho de 20 de Março de 2006, do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, tendo tomado posse a 06 de Abril de 2006. No âmbito da vida universitária, pertenceu ao corpo docente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1983-1984. Pertenceu, ainda, ao Conselho Pedagógico da mesma Faculdade, nos anos lectivos de 1997-1998 e 1998-1999. Foi presidente do Conselho Pedagógico nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002. No âmbito da actividade docente, teve a regência das aulas teóricas da disciplina de Direito e Processo Penal até ao ano lectivo 2001-2002. Neste mesmo ano, iniciou a regência da disciplina de Direito Penal Europeu. Desde o ano lectivo de 2003-2004, lecciona no Mestrado de Ciências Jurídico-Criminais (Direito Processual Penal e Direito Penal Europeu). Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa leccionou, no ano lectivo de 2006-07, a disciplina de Direito Penal Europeu no VII Programa de Doutoramento. Participou nos trabalhos de revisão final do Código Penal de 1982 e colaborou com a Comissão encarregada de elaborar o Código de Processo Penal de 1987. Fez parte do grupo de trabalho que elaborou o texto da Reforma Prisional de 1979. Foi presidente da Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (despacho n.º 20/MJ/96, de 30 de Janeiro, no âmbito da qual foram apresentados ao Governo dois Relatórios. Foi presidente da Comissão de Reforma da Legislação sobre o Processo Tutelar Educativo (despacho n.º 1021/98, DR 2.ª série n.º 13, 16 de Janeiro de 1998), no âmbito da qual foram apresentados ao Governo (Dezembro de 1998) duas propostas de Projectos de Leis: Projecto de lei Tutelar Educativa e Projecto de lei sobre o Regime Penal Especial relativo a Jovens Adultos. Elaborou, a convite do Ministro da Justiça do XIV Governo, o projecto de proposta de lei de execução de penas e medidas privativas de liberdade (apresentado em Fevereiro de 2001). É colaboradora permanente da Revista Portuguesa de Ciência Criminal. É colaboradora do Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial (direcção de J. de Figueiredo Dias), Coimbra, 1999. É membro da Association Internationale de Droit Penal e da Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire. É membro da Société Internationale de Défense Sociale, desde o ano de 2002 e Secretária-

-Geral para os Assuntos Europeus a partir da mesma data. É membro da Associação Portuguesa de Direito Europeu, desde Novembro de 2003. Foi membro do Conselho Superior de Assuntos Criminais (despacho n.º 76/MJ/98, de 9 de Junho). Na qualidade de conferencista, participou em vários colóquios e seminários, apresentando comunicações e proferindo conferências. É autora das seguintes monografias:

A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade (dissertação para exame do curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra), Coimbra, 1982.

A determinação da medida da pena privativa de liberdade, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

Novo olhar sobre a questão penitenciária. Estatuto jurídico do recluso e socialização. Jurisdicionalização. Consensualismo e prisão. Projecto de Proposta de lei de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, Coimbra Editora, 2000 (1.ª ed.); 2002 (2.ª ed.) Em co-autoria: Comentário da lei Tutelar Educativa, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (Anabela Miranda Rodrigues e António Carlos Duarte-Fonseca)

Para uma Política Criminal Europeia. Quadro e instrumentos jurídicos da cooperação judiciária em matéria penal no espaço da União Europeia, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (com José Luís Lopes da Mota). Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas, nacionais e estrangeiras, designadamente, de entre os mais recentes:

Jugendstrafrecht in Europa. Portugal, “Jugendstrafrecht in Europa”, Hans-Jörg Albrecht und Michael Kilchling (hrsg), 2002.

Criminal policy — new challenges, “Cahiers de Défence Sociale”, Mélanges en l’honneur de Louk Hulsman, 2003.

Confiance mutuelle et contrôle juridictionnel — une liaison nécessaire?, La confiance mutuelle, Gilles De Kerchove et Anne Weyembergh (dir.), Éditions de l’Université de Bruxelles, Institut d’Études Européennes, 2005.

L’exécution de la peine privative de liberté. Problèmes de politique criminelle, The implementation of prison sentences and aspects of security/ L’exécution des sanctions privatives de liberté et les impératifs de la sécurité, Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire, Actes du Colloque de la FIPP, Publication n.º 39, 2006.

El sistema de determinación de la pena en la Unión Europea, Fraude y corrupción en el derecho penal económico europeo. Eurodelitos de corrupción y fraude. Luis Arroyo Zapatero y Adán Nieto Martín (coord.), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2006.

O Eurojust e a construção europeia — entre a unidade e a diversidade, Scientia Iuridica, tomo LVI, n.º 309, Janeiro/Março de 2007.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 10931/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e, ainda, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 91/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral das Artes, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 47-D/2007, de 25 de Maio, publicada no DR, 1.ª série, n.º 102, de 28 de Maio de 2007, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Director-Geral das Artes, o licenciado Jorge Manuel Barreto Xavier, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Abril de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Cultura, *José António de Melo Pinto Ribeiro*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Jorge Barreto Xavier

Data de nascimento: 6 de Novembro de 1965

Habilitações académicas e profissionais:

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo feito a primeira especialização em Gestão das Artes reali-

zada em Portugal, em 1989, no Instituto Nacional de Administração. Foi consultor do Ministro da Cultura dos XV e XVII Governo Constitucional, tem desenvolvido actividade de consultoria e autoria para a Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação de Serralves, Casa Pia de Lisboa, entre outras entidades. Programou os seminários “O Espaço Público de Cultura nas Autarquias Locais” para a Fundação de Serralves e Centro de Estudos e Formação Autárquica (2007-2008). É membro fundador do projecto “Global Cultural Futures”, iniciativa conjunta do Center for Civil Society da University of Califórnia (UCLA) e do Centre for the Study of Global Governance da London School of Economics (LSE). Foi docente convidado do Mestrado em Estudos Curatoriais da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (edição 2006-2007). Foi vereador da Câmara Municipal de Oeiras, com os pelouros da Cultura, Juventude e Defesa do Consumidor (2003-2005); fundador e presidente da direcção do Clube Português de Artes e Ideias — CPAI, associação de utilidade pública (de 1986 a 2002); fundador, director e programador do “Lugar Comum” — Centro de Experimentação Artística, na Fábrica da Pólvora de Barcarena (de 1999 a 2002). Foi membro do Conselho Nacional da Educação (de 1997 a 2000); consultor do Presidente do Conselho de Administração da Fundação das Descobertas/Centro Cultural de Belém (de 1996 a 2000); foi director-geral da Bienal de Lisboa, no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura, assessor para os Assuntos Culturais da Reitoria da Universidade de Lisboa (1990/1994); autor e coordenador do Programa “Paideia — Arte nas Escolas”, acção conjunta do Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Juventude e Clube Português de Artes e Ideias em 150 escolas secundárias de todo o País (1991 a 1997). Foi membro e director de diversas redes culturais nacionais e internacionais, editor, autor e locutor de rádio e televisão, escreveu para jornais e revistas locais e nacionais. Tem diversos textos publicados na área da Cultura e Educação.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 10932/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, Maria de Lurdes Teixeira Gonçalves, das funções de Secretária pessoal do meu Gabinete com efeitos a 31 de Março de 2008.

3 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Despacho n.º 10933/2008

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria de Lurdes Teixeira Gonçalves para, no âmbito das suas qualificações académicas, prestar apoio técnico nas diversas áreas de intervenção do meu Gabinete, nos seguintes termos:

1 — A presente nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

2 — A remuneração mensal ilíquida é de € 2300, acrescida de subsídio de refeição, sendo esta a remuneração a tomar por base na determinação dos subsídios de férias e de Natal a que tiver direito.

3 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, a nomeada tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, de montante igual ao fixado para os adjuntos de Gabinete.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2008.

3 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10934/2008

1 — Na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, através do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, e da Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, ficou estabelecida a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas.